

**EXCELENTÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA BIRIGUI/SP**

Concorrência Eletrônica 04/2024

Editais nº 018/2024

CONTRANOTIFICAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.605.981/0001-30, por seu representante legal que esta subscreve, vem, com o devido respeito e vênias perante a Augustíssima Comissão Permanente de Licitação, apresentar a presente **CONTRARRAZÕES** em oposição ao Recurso Administrativo impetrado pela empresa **A.R DE CAMPOS LTDA**, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.406.547/0001-30, com sede à Avenida Cassiano Ricardo, nº 601, sala 161 e 163, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP, CEP: 12246-870, nos termos que se seguem, e em estrita observância às normativas aplicáveis e ao princípio da legalidade que rege os atos administrativos.

Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP
contato@malufegarciaadvocacia.com.br
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632

I – SÍNTESE DO PROCEDIMENTO

Trata-se de certame licitatório promovido pelo município de Birigui/SP, com o objetivo de contratação de empresa especializada para execução de obra, em regime de empreitada, por menor preço global consistente na execução da 5ª etapa de trecho de emissário de esgoto do baixotes com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiros e projetos fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente.

Credenciadas as partes, restou classificada a licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO ME na etapa competitiva, por apresentar melhor preço, pelo qual restou habilitada, após apresentação de documentação adicional, pelo Ilmo. Pregoeiro.

Contra a decisão, manifestou interesse em recorrer a empresa AR DE CAMPOS LTDA, que apresentou tempestivamente seu recurso, alegando, em suma, que esta empresa apresentou documentos de habilitação jurídica em desacordo com as exigências editalícias.

Fora objeto do recurso, de igual maneira, um sem-número de ataques baseados em mentiras a esta licitante, que sequer possuem o condão de influenciar na conclusão do certame.

Sem razão o recorrente, o que melhor se fundamentará.

II – DO MERITO

Resumidos os fatos, passar-se-á a fundamentação.

II.a – da Incompatibilidade Entre as Atividades da Empresa e o Objeto

do Edital

Alegou a recorrente, em suma, violação aos itens 4, 10.7.2.1 E 10.7.2.2 do edital, haja vista que a atividade empresarial desta empresa, supostamente, é divergente com as características do objeto licitado, apontando-se violação ao artigo 66 da Lei 14.233/21.

Aponta que as atividades de Construção de Edifício (41.20-4-00); Administração de obras (42.11-1-01); Construção de rodovias e ferrovias (42.11-1-01) e Obras de Alvenaria (43.99-1-03) são incompatíveis com o objeto principal da licitação, haja vista não se relacionarem com atividades relacionadas a redes de abastecimento de água e rede de coleta de esgoto.

As atividades enumeradas por esta licitante compreendem não apenas o objeto do edital, mas também àquelas consignadas pela recorrente em seu contrato social, de modo que a empresa A R DE CAMPOS LTDA apenas discriminou de maneira mais especificada em ocasião a abertura da pessoa jurídica. Trata-se, simples e literalmente, de quem marcou mais “Xs” nos formulários entregues pela administração ou escreveu mais palavras no contrato/estatuto social.

No mais, a licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO M.E. explora, conforme registro empresarial, a atividade de “Execução de Ferrovias e Rodovias”, “Construção de obras viárias” e **“Instalações Hidráulicas e Elétricas”**, que inclui todos os serviços relacionados e necessários de infraestrutura para o objeto da licitação e seu regular funcionamento, como a rede de abastecimento de água (Instalações Hidráulicas), esgoto (Instalações Hidráulicas) e transmissão de energia elétrica.

Cediço que as exigências de compatibilidade das atividades empresariais com o

objeto do contrato indicam que a empresa não pode participar de licitação cujo objeto principal diverge da atividade por ela realizada, mas nunca trazer imposição legal de que os empresários tenham discriminadas todas as atividades especificamente.

Nesse sentido, cabe destacar a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr (em **Licitação Pública e Contrato Administrativo**. Curitiba: Editora Zênite, 2008. p. 222.):

(...) a Lei nº [8.666/93](#), pelo menos no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação. (...)

Dessa sorte, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação, de modo a dever, o licitante, ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade. Repita-se que o documento constitutivo não precisa dispor expressa e especificamente sobre o objeto da licitação. Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho (em **Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553)

" (...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação ".

Convergem, na interpretação ora defendida, tanto os Tribunais Judiciais como o Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade. (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara)

Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara)

Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara)

MANDADO DE SEGURANÇA. Licitação. Alegação de falta de qualificação técnica e inexecutabilidade da proposta apresentada pela vencedora de pregão presencial para contratação de serviço de coleta de resíduos. Atestados técnicos em nome de pessoas jurídicas incorporadas pela candidata. Irrelevância do CNAE específico ao serviço contratado, abrangido por seu objeto social mais amplo. Alegação de inexecutabilidade da proposta baseada em impressões subjetivas, não prestigiada pela prova produzida. Recurso não provido. (TJ-SP - AC: 10014547220198260247 SP 1001454-72.2019.8.26.0247, Relator: Coimbra Schmidt, Data de Julgamento: 05/08/2021, 7ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 05/08/2021)

Pontua-se, ademais, que os requisitos de habilitação devem ser exigidos nos estritos limites do art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21 (art. 27 e seguintes da Lei 8.666/93), e estes não exigem habilitação pautada nos códigos da CNAE, ou que o objeto social da empresa seja idêntico ao objeto da licitação, de modo que, **inabilitar** licitante por este motivo equivaleria a criar **imposição legal inexistente na legislação, em afronta ao princípio da legalidade (Art. 5º, II, CF).**¹

Ademais, a Lei 14.133/21 privilegia o interesse público e da administração, prevendo-se expressamente que o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo (art. 12, III). Nesse sentido, corrobora a jurisprudência sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DOCUMENTO APRESENTADO SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. INTERESSE PÚBLICO. (...). A apresentação de documento sem assinatura do responsável pela empresa configura mera irregularidade formal, não sendo apto a gerar sua desclassificação em pregão presencial. O procedimento de licitação, embora esteja vinculado ao edital de convocação, deve zelar pelo interesse público, garantindo maior competitividade possível aos concorrentes. Precedentes desta Corte. Equívoco que poderia ter sido sanado quando da abertura dos envelopes, uma vez que o representante se fazia presente ao ato e

¹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

poderia confirmar a autenticidade do documento por ele apresentado. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA. (TJRS, Apelação / Remessa Necessária 70078093887, Relator(a): Marcelo Bandeira Pereira, Vigésima Primeira Câmara Cível, Julgado em: 22/08/2018, Publicado em: 29/08/2018, #53708945)

Vale ressaltar que idêntica fundamentação fora apresentada pela recorrente na Concorrência Eletrônica de número 02/2024 deste Município, na qual esta licitante também logrou vencedora. Na ocasião, seus argumentos foram rechaçados pela administração, destino idêntico ao que se espera do presente recurso vergastado.

Outrossim, conforme pontuado, consta no REQUERIMENTO EMPRESÁRIO deste licitante, a anotação da atividade “**Instalações Hidráulicas e Elétricas**”, conforme pode ser extraído do documento, senão vejamos:

| | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| CÓDIGO DE ATIVIDADE | | DESCRIÇÃO DO OBJETO | |
| Atividade Principal | | CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS DE QUALQUER NATUREZA, CONSTRUÇÃO DE OBRAS VIÁRIAS, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICA, E OBRAS DE ACABAMENTO DE ALVENARIA | |
| 4120400 | | | |
| Atividade(s) Secundária(s) | | | |
| 4399101 | | | |
| 4211101 | | | |
| 4399103 | | | |
| DATA DE REGISTRO DAS ATIVIDADES | NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ | TRANSFÊRENCIA DE TÍTULOS DA FILIAL DE OUTRA UF | DEPENDÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL |
| 25/07/2012 | | | Não |
| ASSINATURA DA PRIMEIRA EMPRESA (ou pelo representante legal da empresa) | | | |
| VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO <i>Vinicius N. Fabricio</i> | | | |
| DATA DA ASSINATURA | ASSINATURA DO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal da empresa) | | |
| 25/07/2012 | VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO (Empresário) <i>Vinicius N. Fabricio</i> | | |
| PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL | | | |
| DEFERIDO | | | |
|   | | | |
| CONTROLE INTERNET 010523669-1  | | | |

Página 1 de 1

Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP
contato@malufegarciaadvocacia.com.br
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632

A atividade, por óbvio, compreende a instalação de sistema de escoamento e tratamento de esgotos, conforme pode ser aferido na Tabela Vinculada de Atividades e Obras e Serviços de Rotina, nos termos do art. 36 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, apresentada pela CONP, mediante a Deliberação nº 030/2018-CONP, de 25 de abril de 2018²:

| | | | |
|----|------------------|------------------------------|----------------------------------------------|
| 33 | Construção Civil | Instalações Hidrossanitárias | de sistema de água potável |
| 34 | Construção Civil | Instalações Hidrossanitárias | de sistema de redes de águas pluviais |
| 35 | Construção Civil | Instalações Hidrossanitárias | de instalação de sistema de esgoto sanitário |
| 36 | Construção Civil | Instalações Hidrossanitárias | de ligação individual de rede de água |
| 37 | Construção Civil | Instalações Hidrossanitárias | de ligação individual de rede de esgoto |
| 38 | Construção Civil | Instalações Hidrossanitárias | de poço de infiltração |

Em arremate, considerando a (I) compatibilidade do objeto social da pessoa jurídica com o objeto em certame, (II) inexistência de previsão legal de identidade das atividades; (III) ser objetivo do processo licitatório assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública (art. 11, I, Lei 14.133/21), rigoroso ser ilegal e desproporcional inabilitar essa licitante pela suposta incompatibilidade alegada, sobretudo considerando-se o atestado de execução de serviços para comprovação técnica apresentado, que denota realização de serviço similar / idêntico com **complexidade superior** ao exigido no certame.

² Disponível em <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=67072>

II.b – Violação – Da Capacidade Jurídica

Alegou-se que a empresa VINICUIS NOGUEIRA FABRICIO, vencedora do certame, não cumpre os requisitos mínimo previstos na legislação relacionados a capacidade jurídica.

Manifesta, no tópico, “haver fortes indícios de que a empresa sequer é estabelecida em seu endereço constante no Cadastro da Receita Federal”.

Para fundamentar a grave acusação, junta uma certidão de cumprimento de mandado na qual oficial de justiça supostamente teria comparecido no endereço fiscal desta licitante e constatado estar, a sala, desocupada.

Vale ressaltar, primeiramente, tratar-se de uma confusão, que fora, inclusive, esclarecida. É que, à época, o prédio comercial havia acabado por passar por uma reforma, de modo que havia a licitante desocupado temporariamente o prédio até a finalização das obras, sem prejuízo de continuar recebendo intimações, cartas e outras comunicações no endereço.

De qualquer forma, a atividade desenvolvida por esta licitante se dá, sempre, “*in loco*”, até pela natureza da atividade explorada, de modo que a maioria dos contratos restam proveniente de licitações ou, ainda, de captação de clientes pela plataforma mundial de computadores, de modo que a sala comercial resta alugada para eventuais reuniões presenciais e recebimento de correspondências.

A explicação concedida nos parágrafos supra serve, tão somente, para defender a honra dessa licitante. A alegação, ao espelho das que vem tentando a Recorrente em outras

licitações na qual ultimou-se derrotada, é um nada jurídico, haja vista que o edital prevê a documentação necessária para demonstrar a capacidade jurídica da empresa licitante, diligências cumpridas integralmente.

II.c – Violação – Da Capacidade Econômico-financeira

Novamente, traz a recorrente fatos terceiros para tentar ver-se declarada vencedora de certame a qual não ostenta eficiência para apresentar o melhor preço.

Alega que, “analisando a documentação do licitante VINICIUS NOGUEIRA FABRICIO, há indícios que também não dispõe de capacidade econômico-financeira, pois há contradições em relação às suas declarações e documentos”.

Posto isso, raciocina que o lucro desta vencedora não se compatibiliza com declaração de hipossuficiência juntada em um processo judicial, bem como com o número de protestos realizados de dívidas supostamente inadimplidas por esta licitante.

Novamente, como sabido, a existência de protestos não pode ser causa para inabilitação de empresa de procedimento licitatório, haja vista que a Lei nº 14.133 indica a documentação que pode ser exigida para fins da comprovação da habilitação econômico-financeira, senão vejamos:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no

editais, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

É, inclusive, entendimento sumulado do Tribunal de contas do Estado de São Paulo que “Súmula nº 29, *“Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório”*”.

Sem prejuízo da impossibilidade jurídica da inabilitação requerida pelo recorrente, é necessário, novamente, defender a honra desta empresa.

Em um primeiro momento, cumpre ressaltar que a apresentação de declaração de hipossuficiência é faculdade processual da Recorrente, não significando nada, além de que entendeu a Recorrente que não conseguiria pagar as custas processuais, naquele momento, sem afetar as obrigações que estava desenvolvendo. O que chama atenção é estar, a parte recorrente, preocupada com a declaração, eis que sequer litiga com esta empresa.

Em relação aos protestos são, todos, datados ou decorrentes de obrigações assumidas em 2020, ano da pandemia, o qual a presente licitante passou por problemas financeiros graves, a qual vem se recuperando, tendo, inclusive, acertado diversas obrigações, inclusive judiciais, com a realização de quitações e acordos.

Há protestos incorretos e protestos de dívidas pagas, que se está apurando, ainda, para pleitear judicialmente a baixa.

No mais, esta licitante vem, desde sua recuperação financeira, atuando em um sem-número de obras promovidas por outros entes municipais do Estado de São Paulo, concluindo-as tempestivamente, com estrita observância de seu *mínus*.

Devem, novamente, serem rechaçados os subjetivismos elencados no recurso interposto.

II.d – Violação – Da Capacidade Econômico-financeira

A empresa está procedendo o enquadramento necessário para passar-se a se considerar empresa de pequeno porte, eis que pelo sucesso da empreitada após a pandemia, se superou o faturamento destino aos microempreendedores.

Vale ressaltar, contudo, duas situações: I) Não se utilizou, pretendeu ou requereu nenhum benefício decorrente de aplicação da LCP 123; II) A empresa é devidamente cadastrada no simples nacional, apenas tratando-se, a discussão, do enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou microempresa;

A EPP, ou empresa de pequeno porte, é tipo jurídico previsto na LCP 123 destino para aquelas empresas com faturamento até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) por ano que também ostenta todos os benefícios previstos dos artigos 42 ao 49 do citado diploma legal, de modo que o faturamento da licitante não ultrapassou este patamar.

Assim dispõe o parágrafo segundo do artigo 4º da Lei 14.133/21, senão vejamos:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de

2006. § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas: I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. § 2º **A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.** § 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Os valores da Licitante nunca ultrapassaram a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos da legislação, o que pode ser aferido com simples consulta aos documentos apontados apresentados, bem como as declarações realizadas.

Tenta a licitante perdedora, mais uma vez, achar qualquer inconsistência que seja para tentar lograr-se vencedora sem melhorar seus preços, como é a aparentemente irregularidade no enquadramento do simples (se ME ou EPP) – diga-se, aparente, eis que a licitante recorrente não possui acesso a eventuais procedimentos administrativos, requerimentos de transformação de empresário etc.

Mais um argumento, assim, que não pode ser conhecido ou utilizado.

III – DA FINALIDADE DA LICITAÇÃO – NORMAS PRINCIPIOLÓGICAS E PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – NECESSIDADE DE IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO;

A Licitação pública tem como finalidade atender um **INTERESSE PÚBLICO**, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de **IGUALDADE**, para que seja possível a obtenção da **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**. Já no teor da Nova Lei de licitações, a redação é clara:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: **I** - assegurar a seleção da proposta apta a gerar **o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; **II** - assegurar **tratamento isonômico** entre os licitantes, bem como a justa competição;

Portanto, ao deixar de aplicar os dispositivos editalícios em isonomia entre os competidores há grave afronta a tais princípios, além de ferir o próprio **PRINCÍPIO DA FINALIDADE**.

No mais, o **PRINCÍPIO DO VÍNCULO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** materializa o princípio da legalidade no processo licitatório.

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/21, prevê expressamente o vínculo ao instrumento convocatório como princípio básico:

Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP
contato@malufegarciaadvocacia.com.br
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica**, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer do Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

O princípio da legalidade é a base de todos os demais princípios, uma vez que instrui, limita e vincula as atividades administrativas, conforme refere Hely Lopes Meirelles:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art.37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está

condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'."(in Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 27ª ed., p. 86),

No mesmo sentido, leciona Diógenes Gasparini:

"O Princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade do seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal ou que exceda o âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo que a lei permite e tudo o que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir, salvo em situação excepcional (grande perturbação da ordem, guerra)" (in GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva, SP, 1989, p.06)

Revisitadas as normas de caráter principiológico afetas ao procedimento licitatória, faz-se bem pontuar: A recorrente alega a mesma matéria que vem alegando nos demais recursos rechaçados, com a diferença de que, neste, traz circunstâncias terceiras, não previstas

no edital, com o fito único de atacar a reputação desta pessoa jurídica aos olhos da administração.

Nos tópicos do recurso impetrado, não consegue a recorrente sequer apontar qual cláusula do edital estaria a vencedora violando, de modo a parecer, *premissa vênia*, se encontrar desesperada ante a aparente incapacidade de oferecer um bom preço nos certames que participa.

Enumerados os princípios, resta evidente ser juridicamente improprio e ilegal desclassificar ou inabilitar esta licitante pelas matérias alegadas, sobretudo por não constarem na Lei 14.133/21 ou no edital licitatório.

IV – DOS PEDIDOS

Reitera-se, diante da análise minuciosa dos recursos e das normativas que regem o certame, a solicitação para que esta renomada Comissão de Licitação rejeite integralmente o recurso administrativo apresentado por não atender ao critério legal e técnico exigido, e por não demonstrar fundamento suficiente que justifique a alteração do resultado da licitação.

Nesses termos, pede deferimento.

Presidente Prudente/SP, 23 de maio de 2024.

Murilo Sapia Garcia

OAB/SP nº 472.114

Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP
contato@malufegarciaadvocacia.com.br
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632



Vinicius Nogueira Fabricio
Representante



Rua Francisco Ribeiro. 170 • 2 andar. Presidente Prudente - SP
Avenida Paulista, 1471, Bela Vista. São Paulo-SP
Rua Joaquim Nabuco. 540. Adamantina-SP
contato@malufegarciaadvocacia.com.br
(18) 98813-7927 (18) 99679-0632